

Tema: <b>Sector Vitivinícola</b>					Âmbito: <b>Nacional</b>	Tiragem: <b>19260</b>
Título: <b>Reformar o sector vitivinícola europeu, por Mariann Fischer Boel</b>					Temática: <b>Gestão/Economia/Negócios</b>	GRP: <b>1.2</b>
2006/06/23	<b>SEMANARIO ECONOMICO – PRINCIPAL</b>	Pág.39	Imagem: 1/1		Periodicidade: <b>Semanal</b>	Inv.: <b>n.a.</b>

# Reformar o sector vitivinícola europeu



**MARIANN FISCHER BOEL**

**Comissária da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

A Comissão Europeia adopta hoje os seus planos para uma reforma profunda do sector vitivinícola europeu. Esta promete ser uma das reformas do sector agrícola mais controversas e com maior carga emotiva levadas a cabo pela UE desde 2003.

As mudanças então introduzidas tornaram a política agrícola comum de hoje irreconhecível em relação ao sistema que tantas críticas suscitou em todo o mundo durante a década de 80.

Mas, apesar de termos feito enormes progressos, o nosso trabalho não está ainda terminado.

O meu ponto de partida para a reforma do sector vitivinícola é a convicção de que os vinhos europeus são os melhores do mundo.

Com efeito, os vinhos europeus são internacionalmente famosos pela sua qualidade, pelos séculos de tradição e pelas belíssimas paisagens que evocam. O nosso sector vitivinícola possui um enorme potencial de desenvolvimento, que devemos explorar activamente.

No entanto, apesar das extraordinárias competências e do árduo trabalho que angariaram para os vinhos europeus um tal reconhecimento, o sector enfrenta sérios problemas.

Na UE, a quebra do consumo tem sido lenta mas continuada. Nos países que começam agora a descobrir os prazeres do vinho, uma parte desproporcionada do mercado está a ser conquistada pelos nossos rivais do "Novo Mundo".

Enquanto as exportações comunitárias continuam a crescer, mas a um ritmo lento, as exportações do hemisfério sul registaram um crescimento em flecha.

A Europa poderá em breve tornar-se importadora líquida de vinho, ideia impensável há alguns anos. Produz-se vinho em demasia, para o qual não há mercado. Se não introduzirmos reformas urgentes, o excedente de produção atingirá, de acordo com as previsões, 15% da produção total em 2011. As existências em depósito representam já o equivalente a um ano de produção e os vinicultores sentem os seus rendimentos ameaçados.

A "destilação de crise" foi uma medida tomada pela Comunidade para, supostamente, enfrentar circunstâncias excepcionais. Lamentavelmente, tornou-se um instrumento regular do mercado, estando mesmo a ser utilizada para o chamado vinho "de qualidade". Gastar o dinheiro dos contribuintes deste modo é insustentável, se não mesmo, no dizer de alguns, uma loucura. Pagamos neste momento enormes somas de dinheiro – cerca de 500 milhões de euros por ano – para destilar vinho, para o armazenar e, nalguns casos, para o transformar em bioetanol para utilização em automóveis e fábricas. Não defendo um corte no orçamento vinícola anual, de cerca de 1.200 milhões de euros. Mas há que gastar o dinheiro de forma mais inteligente.

A comunicação que elaborámos apresenta algumas opções, mas defende firmemente uma reforma fundamental.

A situação actual é simplesmente insustentável. A liberalização total causaria perturbações incalculáveis a curto prazo no sector e seria liminarmente rejeitada pelos países produtores. A solução consistirá, em vez disso, no restabelecimento do equilíbrio do mercado e no aumento da competitividade.

A ideia da Comissão é disponibilizar até 2.400 milhões de euros durante cinco anos para incentivar os produtores menos competitivos a deixarem de produzir e optarem por arrancar as suas vinhas.

A decisão caberá exclusivamente aos viticultores e estamos convictos de que esse incentivo poderá conduzir ao arranque de cerca de 400.000 dos 3.400.000 hectares de vinhas actualmente existentes na UE.

O actual regime de direitos de plantação prolongar-se-á até 2013, o que permitirá aos menos competitivos um incentivo para venderem os seus direitos aos que

desejem continuar.

Estes produtores poderão então concentrar-se na competitividade. As superfícies anteriormente cobertas por vinha passarão a ser elegíveis para pagamentos agrícolas não geradores de distorções comerciais que foram introduzidos em 2003 para outros sectores. Este processo estará associado ao respeito pelas condições ambientais e dará aos agricultores a liberdade de plantarem o que entenderem nos terrenos libertados.

Penso que o melhor será abolir os actuais regimes de destilação de subprodutos, de destilação do álcool de consumo, de apoio ao armazenamento privado de vinho e de ajudas à utilização do mosto, sem esquecer a tristemente célebre destilação de crise.

Parte do orçamento poderá ser atribuído aos Estados membros para que tomem as medidas mais adequadas às situações locais, principalmente para gestão de crises, reestruturações, etc.

Parte das verbas poderão igualmente ser transferidas para o orçamento do desenvolvimento rural, para ajudar a financiar regimes de reforma antecipada generosos e programas ambientais destinados a preservar a paisagem ímpar das superfícies vitícolas.

Mas a necessidade de reforma vai muito mais além da simples gestão do mercado.

Os nossos produtores estão cerceados pela rigidez das regras em vigor relativas às práticas enológicas, que limitam a sua capacidade para competir com os dinâmicos produtores do Novo Mundo.

Também o nosso sistema de rotulagem do vinho é excessivamente complicado, confunde os consumidores e oferece aos nossos produtores muito pouca flexibilidade para rotularem os seus vinhos da maneira que pretendem.

Por exemplo, um vinho de mesa sem uma indicação geográfica reconhecida não pode ter um rótulo com a casta e o ano de colheita.

Precisamos de um sistema de rotulagem mais simples e mais claro; precisamos de estudar a possibilidade de adoptar as práticas enológicas internacionalmente aceites da OIV e precisamos também de autorizar a produção de vinhos "ao estilo do Novo Mundo" por quem o queira fazer. Temos de intensificar esforços para comercializar os nossos vinhos num mercado cada vez mais concorrencial. Actualmente, a UE gasta apenas 14 milhões de euros por ano em promoção e marketing.

Acima de tudo, temos de ser ousados e criativos. É por isso que lanço este debate sobre o futuro do nosso sector vitivinícola.

A participação de todos os interessados – viticultores, produtores, retalhistas, exportadores, importadores, consumidores e políticos – é fundamental para definir o modo de relançar a nossa viticultura de modo a assegurar que a Europa possa continuar a ter o melhor sector vitivinícola do mundo.

A Comissão só avançará com propostas legislativas depois de um debate exaustivo, pensando fazê-lo no final deste ano ou no começo do próximo.

Temos perante nós uma grande oportunidade – não a desperdicemos. ||